



**E**sta edição do **Boletim** ratifica um cenário otimista com relação à pandemia, quando comparado à fase de colapso do sistema de saúde vivida entre março e abril de 2021. Os valores atuais de mortalidade se apresentam estáveis, em torno de 500 óbitos diários, o que revela uma queda expressiva em relação ao pico observado em abril, quando foram notificados mais de 3 mil por dia. No entanto, são valores ainda preocupantes, que demonstram a permanência da transmissão e a incidência de casos graves que exigem cuidados intensivos e podem gerar milhares de mortes nos próximos meses. Esses novos dados representam a estabilização da epidemia no Brasil, ainda com níveis que necessitam atenção, pois a circulação de pessoas nas ruas e a positividade de testes permanecem altas.

Em relação à taxa de ocupação de leitos, 25 estados estão fora da zona de alerta e o Espírito Santo e o Distrito Federal estão, respectivamente, na zona de alerta intermediário e zona de alerta crítico. Entre as capitais, Brasília (83%) está na zona de alerta crítico. Quatro outras capitais estão na zona de alerta intermediário: Porto Velho (65%), Vitória (73%), Rio de Janeiro (65%) e Porto Alegre (63%). As demais 22 capitais estão fora da zona de alerta. A vacinação, grande responsável pela melhora observada, continua sendo o principal instrumento para o enfrentamento da Covid-19 e é fundamental que continue sendo ampliada e acelerada. O país precisa conciliar os objetivos de completar o esquema vacinal de quem só recebeu uma dose, administrar a terceira dose para grupos vulneráveis e estimular a adesão de quem tem resistido em se vacinar. Também é importante a expansão da vacinação de adolescentes e, espera-se, em breve, crianças.

Embora de grande importância, a vacinação não pode ser tratada como a única medida necessária para interromper a transmissão do vírus entre a população. É essencial que, concomitantemente, ainda sejam adotadas medidas para conseguir bloquear a circulação do vírus. Dentre as pessoas que circulam livremente se encontram indivíduos já com esquema vacinal completo. Em que pese o fato de a vacinação conferir imunidade individual, isso não elimina a

possibilidade (mesmo que remota) de se infectar e menos ainda de transmitir para outras pessoas ainda com esquema vacinal incompleto ou sem a primeira dose.

Frente à melhora do quadro pandêmico geral que, consistentemente, tem sido observada há cerca de 12 semanas, cabem alertas pontuais como os trazidos por este **Boletim** mas, principalmente, a pavimentação de um processo seguro de “controle” da pandemia. O posicionamento favorável ao passaporte vacinal, pelo menos temporariamente, busca os interesses de preservação ou melhoria da saúde da população. A adoção do passaporte estimula a população a se vacinar e garante a circulação de pessoas de forma mais segura, protegendo inclusive aqueles que não estão imunizados. O Brasil vive uma tragédia que se aproxima da perda de 600 mil pessoas e um número ainda não estimado de anos de vida perdidos por incapacitação produzida por numerosas sequelas da Covid-19. Todos os esforços para mitigar resultados negativos ainda passíveis de serem modificados devem ser empreendidos.

Não é demais relembrar que o fim da pandemia não representará o fim da “convivência” com a Covid-19, que deverá se manter como doença endêmica e passível de surtos mais localizados. O uso de máscaras, distanciamento físico e higiene constante das mãos continuam e continuarão sendo importantes, ainda por algum tempo, em ambientes fechados ou em ambientes abertos com aglomeração. A recomendação é de que, enquanto o país caminha para um patamar ideal de cobertura vacinal (ao menos 80% da população), medidas de distanciamento físico, uso de máscaras e higienização das mãos sejam mantidas e que a realização de atividades que representem maior concentração e aglomeração de pessoas só sejam permitidas com comprovante de vacinação. Em que pese o cenário de relativo alívio no momento é preciso prudência, para que se possa caminhar para o decreto de fim da pandemia, para o qual ainda não há previsão concreta. Não é prudente e oportuno falar em prazos concretos e datados para o fim da pandemia, e sim em garantir que sejam tomadas as medidas necessárias para que este dia possa se aproximar.

## Casos e óbitos por Covid-19

A Semana Epidemiológica (SE) 39 (26 de setembro a 2 de outubro) apresentou estabilidade dos indicadores de incidência e mortalidade por Covid-19, após duas semanas de grande oscilação, conforme apontado em boletins anteriores do Observatório Covid-19 Fiocruz. A forte alta na semana 37, seguida de queda brusca de casos e óbitos na semana 38, foi atribuída a problemas nos sistemas de informação. A maior parte das unidades da Federação regularizou o fluxo de digitação e disponibilização de dados, com exceção do Ceará, que apresentou oscilações nos registros de casos ainda na SE 39.

Foram notificados ao longo da última semana uma média de 16,5 mil casos confirmados e 500 óbitos por Covid-19 por dia. Esses valores correspondem a uma ligeira alta do número de casos (0,4 % ao dia) e queda no número de óbitos (0,7% ao dia). Considerando a série histórica desses indicadores, os novos dados representam a estabilização da epidemia no país, ainda com níveis que necessitam atenção, já que a circulação de pessoas, indicada pelo Índice de Permanência Domiciliar (IPD), e a transmissão do vírus, demonstrada pelo alto índice de positividade dos testes laboratoriais, permanecem altas. A taxa de letalidade da doença no Brasil, cerca de 3%, se mantém em valores considerados altos em relação aos padrões internacionais, o que reflete a insuficiência de programas de testagem e diagnóstico clínico de casos suspeitos e seus contatos.

Os valores atuais de mortalidade se apresentam estáveis, em torno de 500 óbitos diários, o que revela uma queda expressiva em relação ao pico observado em abril, quando foram notificados mais de 3 mil por

dia. São valores ainda preocupantes, que demonstram a permanência da transmissão e a incidência de casos graves que exigem cuidados intensivos, e podem gerar milhares de mortes nos próximos meses.

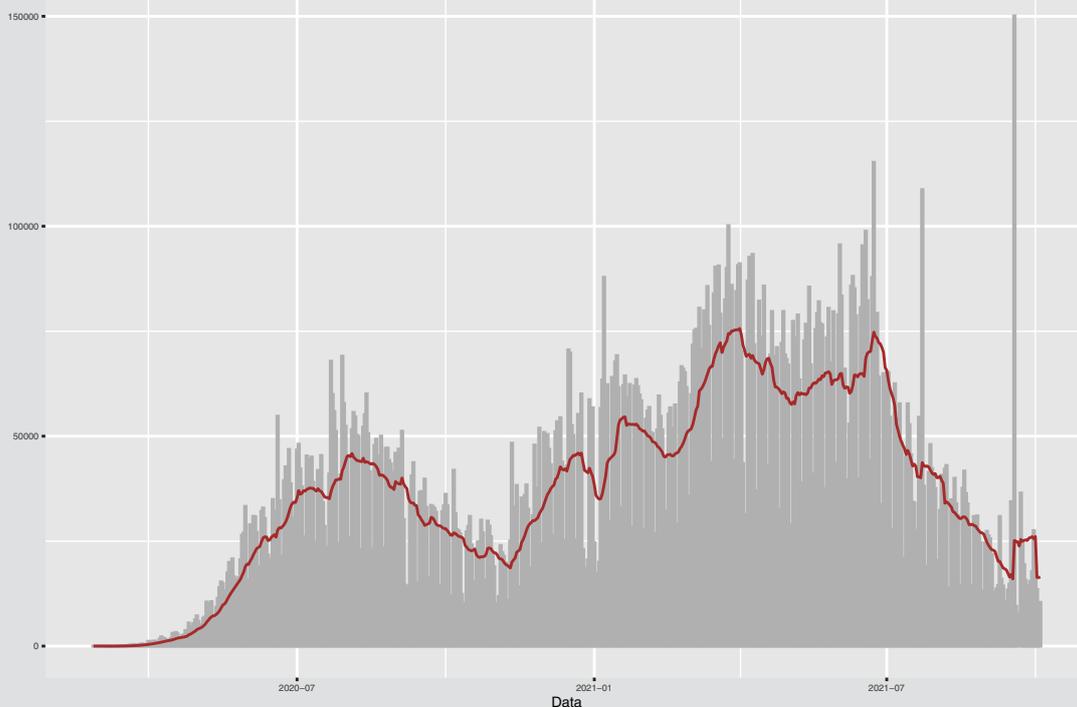
A irregularidade do fluxo de notificação serve como alerta para as consequências de decisões por vezes inoportunas ou baseadas em dados incompletos e atrasados. A tendência de estabilidade ou redução desses indicadores, mesmo considerando as oscilações verificadas nas últimas SE, demonstra que a campanha de vacinação está atingindo um dos seus principais objetivos, que é a redução do impacto da doença, produzindo menos óbitos e casos graves. No entanto, sem o bloqueio da transmissão do vírus.

Ao observar a evolução dos óbitos e da cobertura vacinal, chama atenção o fato de que as curvas têm direção oposta. A descrição se encontra na figura 1.

A evolução do número de óbitos mostra que houve uma redução da mortalidade a partir de abril. A tendência se intensificou nos meses seguintes, com a consolidação da campanha de vacinação a partir de maio, quando se completaram as segundas doses de vacina, principalmente em grupos mais vulneráveis, como idosos e portadores de doenças crônicas. De agosto em diante houve uma aceleração no aumento da cobertura vacinal.

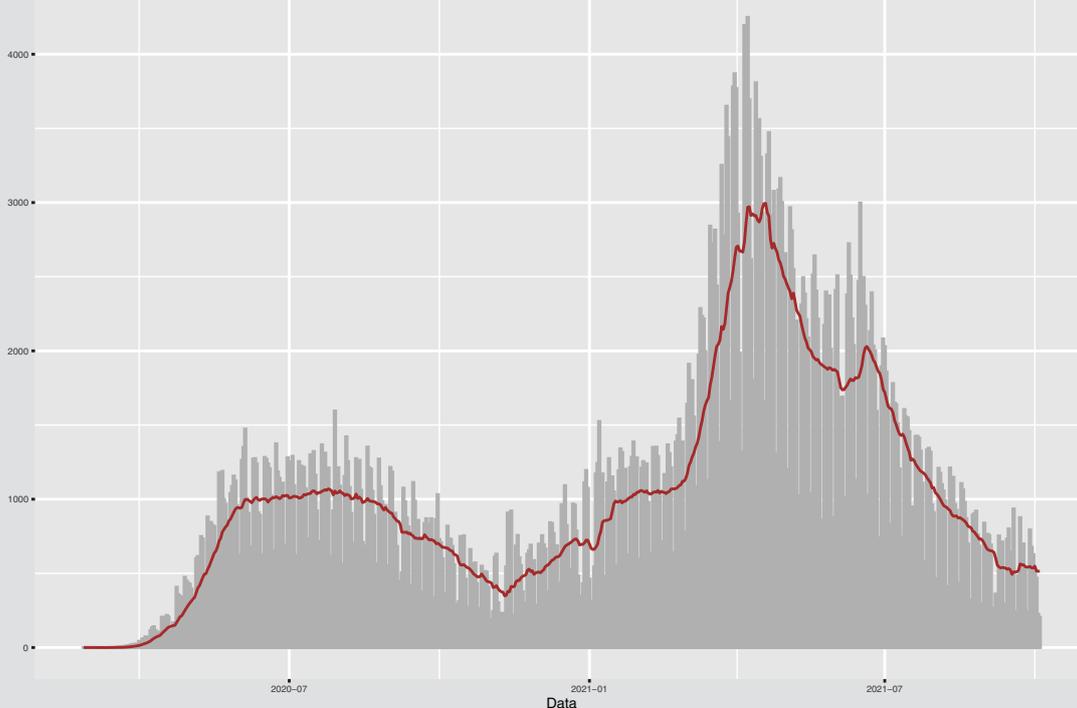
Esses e outros dados sobre vacinação e indicadores da transmissão de Covid-19 podem ser visualizados no sistema MonitoraCovid-19, disponibilizado no Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (Icict/Fiocruz).

### INCIDÊNCIA DE CASOS



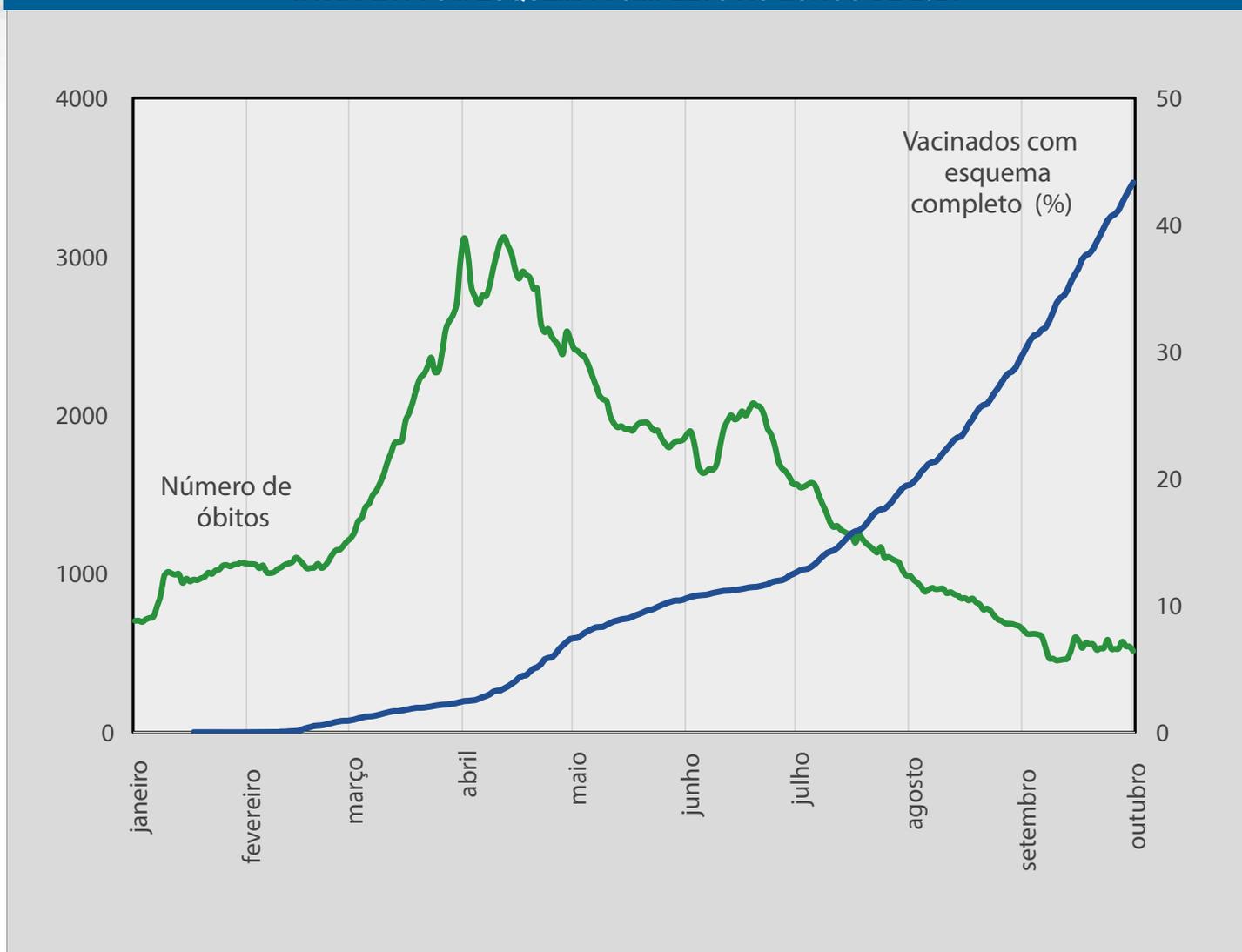
Observatório Covid-19 | Fiocruz

### INCIDÊNCIA DE ÓBITOS



Observatório Covid-19 | Fiocruz

FIGURA 1 - NÚMERO DE ÓBITOS E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL VACINADA COM ESQUEMA COMPLETO AO LONGO DE 2021



MonitoraCovid-19

## Leitos de UTI para Covid-19

As taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS observadas em 4 de outubro indicam relativa estabilidade em níveis baixos, predominantemente inferiores a 50%. A exceção que mais chama a atenção é o Espírito Santo, que vem apresentando crescimento da taxa desde 13 de setembro, apesar da manutenção do número de leitos. Anteriormente, o estado registrou queda no indicador, observando-se a redução de 545 para 413 e 349 leitos, respectivamente em 30 de agosto e 6 e 13 de setembro. O estado mantém-se na zona de alerta intermediário desde 20 de setembro, tendo atingido, em 4 de outubro, o patamar já preocupante de 75%. E o Distrito Federal, que vem há muitas semanas promovendo o bloqueio e retirada de leitos, voltou esta semana à zona de alerta crítico do indicador, com taxa de 83%.

Vale ainda destacar, considerando as taxas obtidas em 4 de outubro, em comparação às obtidas em 27 de setembro, pequenos incrementos registrados no Mato Grosso do Sul e em Goiás, que não parecem se justificar somente pela redução de leitos, o que também ocorreu. De qualquer forma, são estados que estão confortavelmente fora da zona de alerta.

Na última semana observaram-se reduções nos leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS em Rondônia, Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Entre as unidades da Federação, o Distrito Federal está na zona de alerta crítico (83%), enquanto o Espírito Santo (75%) está na zona de alerta intermediário. Vinte e cinco estados estão fora da zona de alerta: Rondônia (34%), Acre (4%), Amazonas (27%), Roraima (45%), Pará (23%), Amapá (12%), Tocantins (33%), Maranhão (32%), Piauí (48%), Ceará (32%), Rio Grande do Norte (22%), Paraíba (17%), Pernambuco (50%), Alagoas (29%), Sergipe (16%), Bahia (27%), Minas Gerais (23%), Rio de Janeiro (46%), São Paulo (31%), Paraná (52%), Santa Catarina (39%), Rio Grande do Sul (54%), Mato Grosso do Sul (35%), Mato Grosso (35%) e Goiás (49%).

Entre as capitais, Brasília (83%) está na zona de alerta crítico. Quatro estão na zona de alerta intermediário: Porto Velho (65%), Vitória (73%), Rio de Janeiro (65%) e Porto Alegre (63%). As outras

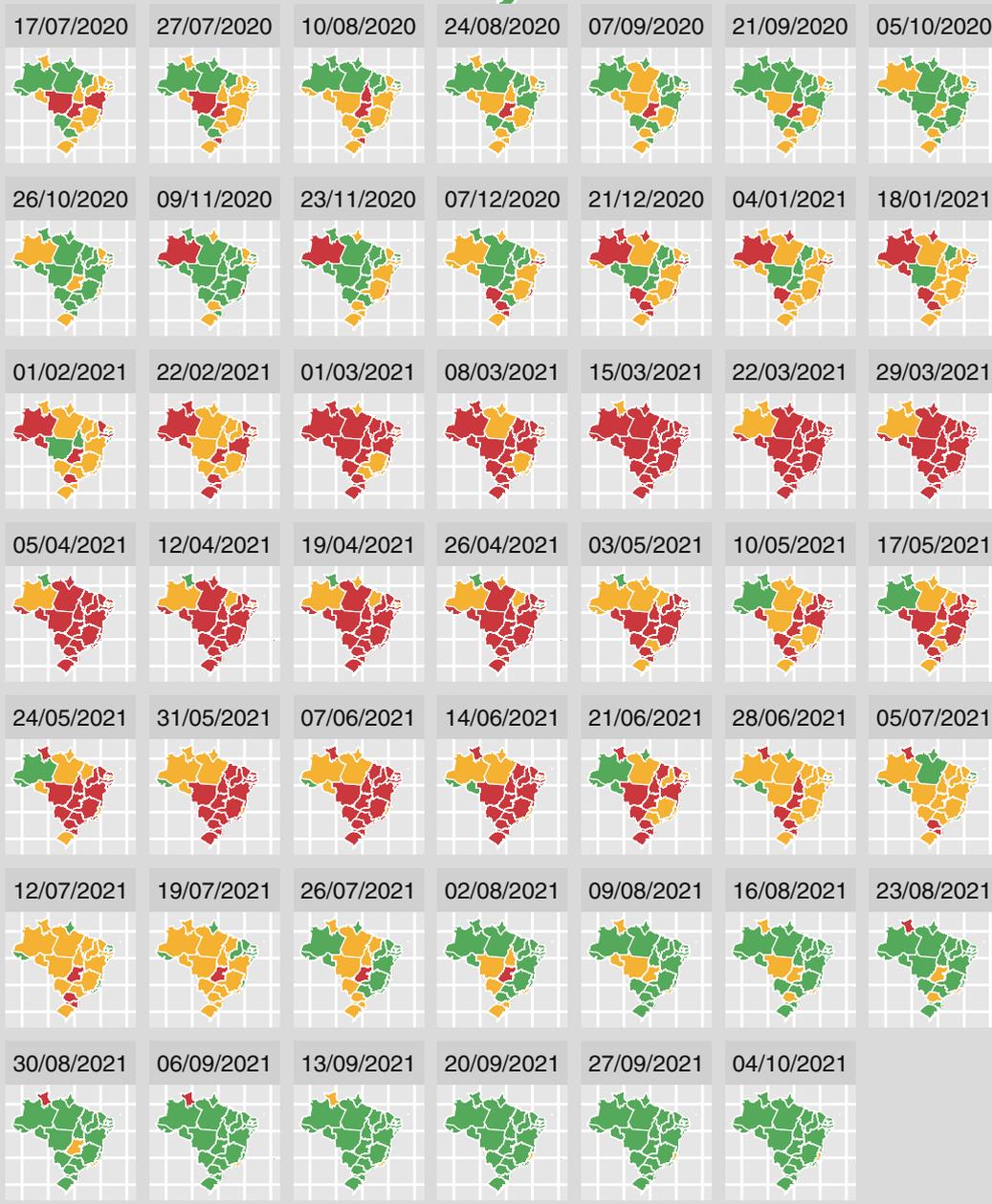
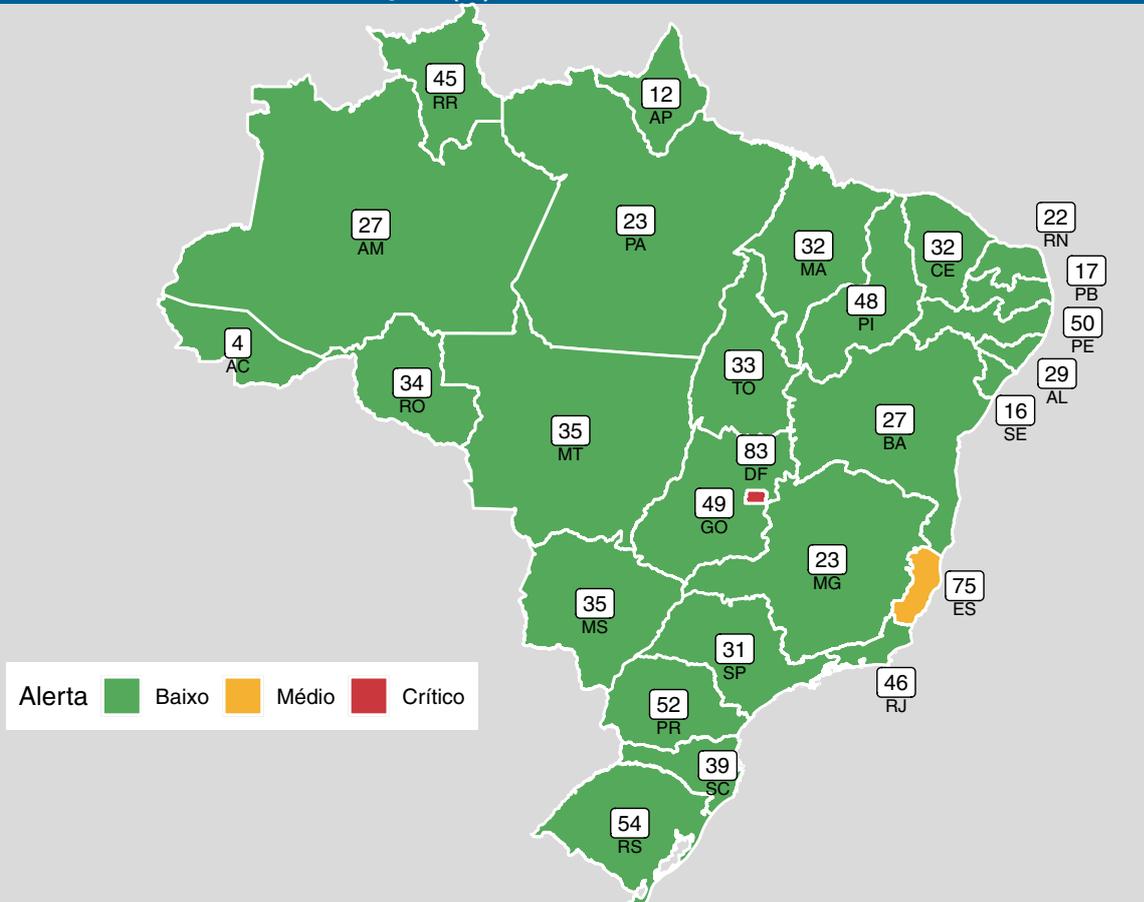
22 estão fora da zona de alerta: Rio Branco (2%), Manaus (52%), Boa Vista (45%), Belém (8%), Macapá (12%), Palmas (27%), São Luís (21%), Teresina (37%), Fortaleza (26%), Natal (25%), João Pessoa (14%), Recife (50%), Maceió (45%), Aracaju (16%), Salvador (24%), Belo Horizonte (50%), São Paulo (40%), Curitiba (57%), Florianópolis (44%), Campo Grande (31%), Cuiabá (33%) e Goiânia (42%).

Frente à melhora do quadro pandêmico geral que, consistentemente, tem sido observado há cerca de 12 semanas, cabem alertas pontuais como os aqui publicados, mas, principalmente, a pavimentação de um processo seguro de "saída" da pandemia. A vacinação, grande responsável pela melhora observada, continua sendo a principal arma para o enfrentamento da Covid-19. É fundamental que continue sendo ampliada e acelerada. Precisam ser conciliados os objetivos de completar o esquema vacinal de quem só recebeu uma dose, administrar a terceira dose para grupos vulneráveis e estimular a adesão de quem tem resistido em se vacinar. Também é importante a expansão da vacinação de adolescentes e, espera-se, em breve, crianças. A expectativa é que a vacina contra a Covid-19 venha a ser administrada em doses de reforço nos próximos anos.

O posicionamento favorável ao passaporte vacinal, pelo menos temporariamente, busca os interesses de preservação ou melhoria da saúde da população. A adoção do passaporte estimula a população a se vacinar e garante a circulação de pessoas de forma mais segura, protegendo inclusive aqueles que não estão imunizados. O Brasil vive uma tragédia que se aproxima da perda de 600 mil pessoas e um número ainda não estimado de anos de vida perdidos por incapacitação produzida por numerosas sequelas da Covid-19. Todos os esforços para mitigar resultados negativos ainda passíveis de serem modificados devem ser empreendidos.

Não é demais relembrar que o fim da pandemia não representará o fim da "convivência" com a Covid-19, que deverá se manter como doença endêmica e passível de surtos mais localizados. O uso de máscaras, distanciamento físico e higiene constante das mãos continuam e continuarão sendo importantes, ainda por algum tempo, em ambientes fechados ou naqueles abertos com aglomeração.

TAXA DE OCUPAÇÃO (%) DE LEITOS DE UTI COVID-19 PARA ADULTOS



## Distanciamento social

O avanço da cobertura vacinal no país tem trazido benefícios inegáveis para a mitigação da pandemia. A melhor evidência para isso é a queda nas internações e óbitos, que ratificam o sucesso na prevenção de formas graves e fatais da Covid-19. No entanto, ela não pode ser tratada como a única medida necessária para interromper a transmissão do vírus entre a população. **É essencial que, concomitantemente, ainda sejam adotadas medidas para conseguir bloquear a circulação do vírus. E o país não está conseguindo bons patamares neste sentido.**

A figura abaixo apresenta o Índice de Permanência Domiciliar. Ele faz um comparativo da quantidade de pessoas que se encontram em casa na data atual e no período entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020. Um valor negativo significa que há maior circulação nas ruas do que no período anterior ao início da pandemia. Valores positivos, ao contrário, indicam que as pessoas estão mais reclusas em seus domicílios. O que se percebe é que, **no Brasil, desde meados de julho, o índice se encontra próximo de zero, o que significa que não há diferença na intensidade de circulação de pessoas nas ruas ao que se observava na fase pré-pandêmica.** Ao longo do mês de setembro observou-se o índice com valores negativos, sugerindo uma intensa circulação de pessoas nas ruas, em patamares superiores aos verificados entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro. **Vale ressaltar que o período de comparação equivalia ao período de férias escolares, quando se espera maior circulação de pessoas nas ruas. Ainda assim, os patamares atuais são ainda mais elevados.**

Esta evidência causa preocupação. Em primeiro lugar, é importante compreender que **esta forma de ausência de distanciamento físico reúne diversas formas distintas de aglomeração**, desde o transporte público até atividades de comércio e lazer. Em qualquer destas situações há uma exposição prolongada de pessoas em espaços confinados. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que, **dentre as pessoas que circulam livremente, se encontram indivíduos com esquema vacinal completo.** Em que pese o fato de a vacinação conferir imunidade a elas, **isso não elimina a possibilidade de se infectarem e menos ainda de transmitirem para outras pessoas ainda com esquema vacinal incompleto ou sem a primeira dose.**

É de se esperar que, após 18 meses da pandemia, a exaustão da população e a urgência da retomada de algumas atividades acabem por influenciar em um certo relaxamento das medidas. Mesmo com medidas restritivas em curso, a circulação é intensa. A expectativa de liberação para grandes eventos, como o Réveillon e o Carnaval, pode criar uma impressão equivocada de que é o momento de se pensar, em nível nacional, na abertura completa das atividades presenciais. **A recomendação é de que, enquanto o país caminha para um patamar ideal de cobertura vacinal, medidas de distanciamento físico, uso de máscaras e higienização das mãos sejam mantidas e que a realização de atividades que representem maior concentração e aglomeração de pessoas só sejam realizadas com comprovante de vacinação.**

### ÍNDICE DE PERMANÊNCIA DOMICILIAR NO BRASIL, 2020-2021

